

Economia - Brasil Ajuste fiscal entra em vigor sábado

■ Fazenda não vai esperar a aprovação do Orçamento pelo Congresso para administrar a economia de acordo com seu plano

BRASÍLIA — O ajuste fiscal entra em vigor no sábado, na virada do ano, mesmo sem o Congresso Nacional ter aprovado o Orçamento da União, com o qual o governo pretende bater todos os recordes de austeridade e equilíbrio. Segundo fontes da equipe econômica, as atuais negociações com as lideranças parlamentares vão muito bem, mas não será preciso esperar o Congresso para que a economia passe a ser administrada de acordo com o plano anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso.

A equipe econômica não vê dificuldade em colocar em prática, com extremo rigor, o ajuste fiscal, mesmo enquanto aguarda uma deliberação do Congresso sobre o orçamento. Se a apreciação do orçamento for adiada, será aplicada a lei, liberando apenas o duodécimo do orçamento anterior. Na prática, isso significa que só serão liberados recursos para pessoal e pagamento de juros. Não haverá dinheiro para

nada mais, segundo explicou um dos principais integrantes da equipe econômica.

Aval — Mas o ministro prefere aplicar o ajuste em consonância com o Congresso e com o aval da sociedade. Fernando Henrique tem expressado a interlocutores a opinião de que a proposta do Ministério da Fazenda é, na verdade, muito mais branda do que as medidas que teriam de ser tomadas caso os parlamentares não aprovassem o ajuste.

“Nesse caso, o ministro mandaria no orçamento e ponto final”, argumenta um assessor qualificado, sob o raciocínio de que todos perdem muito pouco com a aprovação do que propõe o ministério. “Mesmo a suspensão da liberação das verbas com vinculação constitucional, porque ela será temporária, e o aumento da alíquota de 5% nos impostos pode ser uma atitude antipática do ponto de vista político,

mas sem grande peso para o bolso de cada um”, explica.

Alíquotas — O aumento das alíquotas dos Impostos de Renda e sobre o Patrimônio Territorial Rural também entrará em vigor imediatamente, na virada do ano, graças à medida provisória que o presidente Itamar Franco deverá assinar hoje ou amanhã. As demais medidas do ajuste fiscal não dependem do princípio da anualidade e, portanto, poderão ser adotadas no ano que vem, de acordo com o previsto no plano.

Na avaliação do ministro Fernando Henrique Cardoso e de sua equipe, os parlamentares estão bastante receptivos ao plano. O deputado Gonzaga Mota (PMDB-CE) esteve no Ministério da Fazenda com seus números e várias sugestões de medidas. O parlamentar recebeu números oficiais e a equipe está tomando medidas no sentido de adotar suas sugestões, como aumentar os im-

postos cobrados dos bancos e a alíquota máxima do Imposto de Renda. Um membro da equipe garante que se continuará buscando alternativas, mas não para o ajuste fiscal, que é imprescindível e entra em vigor imediatamente.

Jogo de cena — Para este alto funcionário, há muito jogo de cena com as críticas e o pessimismo de parlamentares em relação ao plano econômico. O ministro Fernando Henrique Cardoso está colecionando argumentos sobre a ausência completa de alternativas para o país sair da crise, a não ser o profundo ajuste fiscal, e sobre as perspectivas favoráveis de recuperação da economia brasileira a partir do plano de estabilização.

Um desses argumentos é o contexto favorável no plano internacional, com a possibilidade de voltarmos a ter crédito no exterior, depois da renegociação da dívida externa e do acordo com o FMI.